

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Sociedade de Ensino Superior Mineiro Ltda. – SESM – ME		UF: MG
ASSUNTO: Recredenciamento da Faculdade do Centro Educacional Mineiro (FACEM), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.		
RELATOR: Luiz Roberto Liza Curi		
e-MEC N°: 201364732		
PARECER CNE/CES N°: 777/2018	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 5/12/2018

I – RELATÓRIO

Trata o processo e-MEC n° 201364732 do recredenciamento da Faculdade do Centro Educacional Mineiro (FACEM), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.

As seguintes informações, extraídas do Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), transcritas *ipsis litteris*, contextualizam o processo de avaliação da Instituição de Educação Superior (IES):

[...]

O credenciamento da instituição ocorreu por meio da Portaria n° 942, publicada em 05/08/2008.

Conforme o Cadastro e-MEC, a IES ministra os seguintes cursos de graduação:

Código IES	Código Curso	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	ENADE	Vagas Autorizadas	Situação
4329	113639	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Presencial	3	2	2	100	Em Atividade
4329	113643	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	Presencial	3	2	2	100	Em Atividade

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO IN LOCO (Avaliação de Protocolo de Compromisso)

A verificação in loco realizada na instituição, entre os dias 12 e 16 de fevereiro de 2017, resultou na elaboração do Relatório de Avaliação n° 125497.

O relatório apresentou o seguinte quadro de conceitos às dimensões avaliadas:

Dimensões	Conceitos
<i>1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).</i>	<i>3,0</i>
<i>2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.</i>	<i>3,0</i>
<i>3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</i>	<i>3,0</i>

4. A comunicação com a sociedade	3,0
5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	3,0
6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	3,0
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	3,0
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	3,0
9. Políticas de atendimento aos estudantes	3,0
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	2,0

4. ANÁLISE TÉCNICA

O relatório aqui tratado refere-se à avaliação in loco que objetivou verificar o cumprimento do protocolo de compromisso celebrado pela Faculdade do Centro Educacional Mineiro – FACEM.

A fim de contextualizar a análise, é importante apresentar, antes, o termo de cumprimento do protocolo de compromisso enviado pela IES:

Ato Regulatório Recredenciamento Descrição do Processo: Proposta de Protocolo de Compromisso

IES: Faculdade do Centro Educacional Mineiro – FACEM BH

Campus: 48400 – Campus – Belo Horizonte – Alípio de Melo

Endereço: Rua Eufrates,30, Alípio de Melo – Belo Horizonte – MG – CEP: 30830-000

Conforme Proposta de Protocolo de Compromisso firmado entre a Faculdade do Centro Educacional Mineiro-FACEM BH e o INEP/MEC, seguem abaixo as ações definidas pela CPA e pela Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, na forma do art. 60 do Decreto nº 5.773/2006, visando sanear as fragilidades identificadas em Relatório da Comissão após a avaliação para o Recredenciamento, identificados por conceitos insatisfatórios atribuídos aos indicadores e às dimensões e, ainda, pelo não atendimento de requisitos legais.

A referida Comissão fará o acompanhamento do planejamento, da execução, da avaliação e da elaboração dos relatórios de cumprimento das metas previstas no Protocolo de Compromisso, integrando a comunidade acadêmica na discussão e concretização das ações e acompanhará a apresentação dos relatórios (parciais e conclusivos) pela IES à Secretaria/MEC, quando solicitado, de acordo com os compromissos pactuados no Protocolo.

Do primeiro relatório trimestral, constarão os projetos demandados para a melhoria das ações identificadas no Protocolo de Compromisso, nos resultados das Avaliações in loco relatada pelos avaliadores ad-hoc, do MEC, na Auto Avaliação Institucional realizada pela CPA da IE e nas Avaliações de Curso.

A Comissão de Acompanhamento indicada por ato da Diretoria Geral é constituída pelos seguintes membros do corpo docente:

Aldenir Alves de Souza; 31-9.9137-14-20; aldeniralves@yahoo.com.br – Professora do Curso de Graduação de Ciências Contábeis desde 2013 . Graduada em Ciências Contábeis – PUC MG, Especializações em Gestão Estratégica de Pessoas, Educação à distância: Concepção e Planejamento, Direito Tributário. Mestranda Profissional em Administração.

Avelino Alexandre Rodrigues da Silva; 31-9.8686-1257 – professoravelino@gmail.com Professor dos Cursos de Graduação de Administração

e Ciências Contábeis desde 2013. Graduado em Administração – UFMG. Mestrado em Administração – UFMG. Professor de Nível Superior desde 2006.

Edite Soares Mafra; 31-9.99769869; editesoaresmafra@gmail.com – Professora da Instituição desde 2012; Coordenadora da CPA. Graduada em Pedagogia – FAFI BH, Mestre em Educação: Currículos e Programas – PUC SP. Coordenadora da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso.

Jacyara Aline Moreira Santos; 31-9.8771-3033 – jacyara_aline@hotmail.com, Professora dos Cursos de Graduação de Administração e Ciências Contábeis desde 2014. Graduada em Ciências Contábeis – PUC MG, Especialização em Gestão Fiscal e Tributária – PUC MG.

Maria Aparecida de Souza; 31-9.9106-9571, ciddamkt@yahoo.com.br, Professora dos Cursos de Graduação de Administração e Ciências Contábeis desde 2014. em Comunicação Social – PUC MG, Mestre em Administração – Novos Horizontes. Professora de Nível Superior desde 1987.

1 – DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DA INSTITUIÇÃO

A partir do relatório da avaliação in loco, realizada pelos avaliadores que apontaram pontos que requerem melhorias, identificados principalmente nos conceitos atribuídos aos indicadores e ainda pelo não atendimento de requisitos legais, a Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso identificou as dimensões abaixo, que receberam conceitos 1 e 2, para as quais a Instituição faz proposta de melhoria. Foram considerados objeto de estudo e de proposta as dimensões 2, 3 e 4 cujos indicadores não atingiram aos conceitos mínimos esperados, conforme análise e pontuação dos avaliadores ad-hoc, abaixo identificados.

Dimensão 2: EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

Pode-se afirmar que há coerência insuficiente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas. Os projetos de extensão ainda não foram implantados adequadamente. Há coerência insuficiente entre o PDI e as práticas de extensão. Segundo relato dos professores e coordenadores a IES desenvolveu um dia de ação cultural aberto à comunidade com palestras e atividades.

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Em entrevistas com a comunidade acadêmica constata-se que a IES ainda não efetivou a coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, referendado pela informação dos professores e alunos que é desenvolvido trabalho interdisciplinar, a partir do segundo período e que tal atividade não corresponde à exigência de um trabalho de Iniciação Científica, propriamente dito.

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

Constatamos na visita in loco por meio de entrevistas realizadas com a comunidade acadêmica que a coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, a produção artística e ao patrimônio cultural são implantadas de maneira insuficiente, abordadas em temas transversais nas ementas das disciplinas.

Dimensão 3: EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

No relatório de avaliação a comissão não considerou os trabalhos interdisciplinares como características de programa de iniciação científica. Relata que os TIs são elaborados em formato de trabalho em grupo, com participação de 5 e/ou mais alunos não se caracterizando, de forma clara, como trabalhos científicos. Tanto que, segundo o PDI, "Em 2015, os cursos desenvolverão os primeiros projeto de pesquisa." Portanto, as políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural não existem.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

A comissão informa que As políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão são insuficientes, embora ressalte que há ações desenvolvidas na comunidade, de acordo com relatos de professores e coordenadores. No Quadro de Avisos foi visualizado chamamento para recebimento de certificado de palestra organizado pelo curso de Administração.

3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

De acordo com os Avaliadores o PDI contempla ações e estímulos à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural. Entretanto, como a produção é incipiente, não há verba destinada para cobrir despesas em participação de eventos e nem bolsa de estudo. A participação dos docentes em eventos ocorre tão somente por conta dos interessados. Portanto, as Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural são insuficientes.

3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.

O conceito 2 é justificado pelos avaliadores que consideraram a comunicação da IES incipiente, apesar dos meios de comunicação atuais e que a comunicação da IES com a comunidade externa é insuficiente, feita por meio de e-mails e faixas, não havendo comunicação na mídia, ocorrendo somente, segundo relatos da Diretoria, em visitas nas escolas do entorno para divulgar os cursos ofertados pela FACEM.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

O conceito 2 é justificado pelos avaliadores por ser a comunicação da IES com a comunidade interna insuficiente, sendo considerado o uso de e-mail institucional é o principal canal de comunicação com o corpo docente e discente, diretoria e funcionários técnico-administrativos. Também há Boletim on-line, newsletter e mural. Não há Ouvidoria instalada.

3.9. Programas de atendimento aos estudantes.

O conceito é justificado pela ausência de programas de acessibilidade e nivelamento implantados. O apoio psicopedagógico e acolhimento são desenvolvidos informalmente pela Diretora Acadêmica e Professores. Não existem programas de atendimento aos estudantes.

3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

O conceito é justificado por não existirem programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente implantados.

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos.

O conceito é justificado pelos avaliadores que consideraram que não existe programa de acompanhamento aos egressos. A Faculdade registra a intenção de desenvolver um Programa de Acompanhamento de Egressos, visando focar as suas realidades profissionais, acadêmicas e pessoais. Não existem política e ações de acompanhamento aos egressos

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

Tendo em vista a decisão da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA, que votou pela reformulação do relatório dos avaliadores considerando o recurso impetrado pela IES, o conceito do indicador 3.12 foi alterado de 1 para 3.

Dimensão 4: EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Os itens 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 relacionados à política de gestão, obtiveram dos avaliadores o conceito 2, e as seguintes análises:

4.1. Política de formação e capacitação docente.

Não existe política de formação docente implantada e nem incentivo financeiro aos docentes para participação em eventos acadêmico/científicos e/ou publicações científicas. A política de formação e capacitação docente encontra-se insuficiente.

4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

Não existe política de formação para técnico-administrativos implantada e nem incentivo financeiro para participação em eventos acadêmico/científicos e/ou publicações científicas. A política de formação e capacitação docente encontra-se insuficiente.

4.5. Sustentabilidade financeira.

A sustentabilidade financeira da FACEM é insuficiente tendo em vista o demonstrativo dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

Não existe relação entre o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão. A relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional é insuficiente em relação ao PDI.

2– OBRIGAÇÕES:

Dimensão 2: EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

Ação 1: Consolidar o Programa Institucional de Extensão, organizado em 3 subprogramas vinculados à Formação Profissional, Formação da Cidadania e Responsabilidade Social, considerando em seu desenvolvimento o fortalecimento do ensino, o atendimento à comunidade interna e externa nos aspectos sociais, culturais, educativos e profissionais.

Ação 2: Expandir a extensão, favorecendo e estimulando o desenvolvimento da cultura extensionista em todos os cursos, priorizando os aspectos de natureza interdisciplinar e interinstitucional e que contemplem a efetiva participação dos alunos, favorecendo a formação do profissional como cidadão.

Ação 3: Estimular a oferta de cursos de extensão presencial e semi-presencial nas áreas do conhecimento dos cursos ofertados pela Instituição, de modo a contemplar os diversos segmentos profissionais da região.

Ação 4: Promover atividades, tendo em vista a articulação com entidades profissionais, ONG's, movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias.

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Ação 5: Dar continuidade às ações iniciadas e em desenvolvimento pertinentes às atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, reestruturando e implementando de forma suficiente as ações e registros.

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

Ação 6: Intensificar as ações que garantam a contribuição social da Instituição em relação à inclusão social, à diversidade, ao desenvolvimento econômico social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, mantendo, também, a inserção dos conteúdos já inseridos nos Projetos Pedagógicos dos cursos, tais como: Educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de História Afro Brasileira e Africana, Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no parecer CNE/CP nº 3/2004 Educação Ambiental no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa nº 10, e 12/11/2012, Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no parecer CNE/CP nº 8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº1, de 30/05/2012, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Ação 7: Implementar parcerias com órgãos públicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, visando a realização de oficinas e atividades pertinentes, abrangendo os temas, conservação do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da produção Artística, revitalização de parques, jardins e áreas de lazer entre outros numa abordagem interdisciplinar, a partir de pesquisas desenvolvidas no Trabalho Interdisciplinar

Dimensão 3: EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Ação 8: Desenvolver por meio de práticas de estudo, a capacidade investigativa e autônoma dos alunos, o espírito científico, o pensamento reflexivo necessário à formação do sujeito acadêmico.

Ação 9: Implementar a Coordenadoria de Iniciação Científica, promovendo a organização dos trabalhos de Iniciação Científica, de acordo com as linhas de pesquisa definidas.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

Ação 10: Intensificar uma política de extensão alinhada com os interesses da região, visando identificar demandas de real interesse da comunidade, cujo foco de atividades se situa no 3º setor, comércio, negócios e prestação de serviços.

Ação 11: Desenvolver programas relacionados com as atividades culturais, esportivas e educacionais, integrados ao Colégio CEM, visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade, com atendimento prioritário às crianças, aos adolescentes, aos alunos da FACEM BH e aos idosos.

Ação 12: Eleger como princípios orientadores das ações extensionistas o comprometimento com a construção de uma política participativa, envolvendo a comunidade acadêmica em assuntos de extensão.

Ação 13: Manter relacionamentos interinstitucionais via convênio de cooperação técnica, redes virtuais, ensino a distância e outros.

Ação 14: Estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil e do poder público, buscando contribuir de forma efetiva na resolução dos problemas educacionais, das questões do meio ambiente, da sustentabilidade e de outros.

Ação 15: Contribuir para a transformação do saber acadêmico em um bem público a que todos devem ter acesso.

Ação 16: Avaliar, sistematicamente, os projetos de extensão, não perdendo o foco de sua intencionalidade, garantindo-o na execução, registros formais, normas e procedimentos previstos.

3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Ação 17: Desenvolver, junto ao Corpo Docente, procedimentos pedagógicos que aliem o exercício da atividade docente à Iniciação Científica, como meio de despertar nos alunos o gosto e interesse pela investigação científica, preparando-os para projetos mais aprofundados, dentro ou fora da Faculdade.

Ação 18: Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de iniciação científica, visando sustentar a produção intelectual institucionalizada.

3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.

Ação 19: Implementar a divulgação externa da Instituição e dos eventos realizados pela Instituição na mídia.

Ação 20: Apoiar e estimular a participação da Instituição em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Ação 21: Envolver representantes da iniciativa privada e do setor empresarial em geral, no sentido de criar projetos colaborativos de extensão universitária, abrindo espaço para significativa relação com as comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

Ação 22: Otimizar os serviços do conjunto de meios de comunicação em relação ao sistema de informações gerenciais, e acadêmicas, ampliando suas possibilidades de atendimento ao público em geral, à matrícula on-line ao sistema financeiro, às práticas pedagógicas demandadas pelo projeto de curso, aos usuários da biblioteca e outras iniciativas que visem qualificar os serviços prestados pela instituição, dando-lhes agilidade de acesso virtual aos usuários.

Ação 23: Abrir novos espaços para o diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

3.9. Programas de atendimento aos estudantes.

Ação 24: Incrementar o sistema de monitoria, como incentivo aos alunos interessados em aprofundar conhecimentos, fazer mediação pedagógica em relação a seus colegas e dar sua contribuição em relação à inclusão social.

Ação 25: Ampliar a oferta de bolsas para estudantes e assinatura de convênios com órgãos governamentais e da sociedade civil de assistência aos alunos carentes pertinentes a bolsas e financiamentos.

Ação 26: Desenvolver novos mecanismos de estímulos à permanência dos alunos nos cursos, tais como apoio pedagógico e psicopedagógico, nivelamento, ambientes de participação e convivência.

Ação 27: Criar mecanismos internos de apoio à participação dos alunos aos eventos culturais, científicos e técnicos, internos e externos, dando-lhes plenas condições para participação.

Ação 28: Celebrar convênios com organizações diversas com benefícios de descontos nas mensalidades, com percentual de acordo com negociações realizadas.

Ação 29: Incrementar a ouvidoria, abrindo novos espaços para o diálogo com os alunos, tornando-a efetivo canal de comunicação, interatividade e relacionamento.

3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

Ação 30: Destinar espaço institucional para os estudantes, dando-lhes apoio às suas iniciativas, garantindo-lhes espaço para participação e convivência, realização de reuniões, atividades assemelhadas e outros.

Ação 31: Dar apoio à organização e funcionamento das atividades das entidades representativas dos estudantes, previstas em seus estatutos e aprovadas em assembleia geral do corpo discente da Faculdade.

Ação 32: Garantir livre iniciativa estudantil, considerando autônomas suas entidades representativas, vedando a interferência externa nas atividades que lhes são próprias.

Ação 33: Co-participar da divulgação das atividades e promoções dos estudantes.

Ação 34: Garantir livre circulação e expressão dos dirigentes e das entidades representativas de estudantes, de âmbito municipal, estadual, regional ou nacional.

Ação 35: Criar incentivos ao lazer e às práticas esportivas dos discentes, como forma de promoção da saúde e do bem estar.

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos.

Dar continuidade às ações iniciadas em abril de 2015.

Ação 36: Organizar e atualizar permanentemente o cadastro dos egressos.

Ação 37: Articular com agências de emprego locais, regionais e nacionais, fazendo o levantamento de oferta de emprego em acervos informativos físicos e virtuais.

Ação 38: Cadastrar empresas que ofertam espaços profissionais das áreas pertinentes aos cursos da Instituição.

Ação 39: Encaminhar aos egressos as informações obtidas sobre as ofertas de emprego.

Ação 40: Comunicar oportunidades de emprego através de boletim informativo com o objetivo.

Ação 41: Promover eventos institucionais, atualizando dados sobre as mudanças sociais e do mundo de trabalho, considerados suporte para avaliação dos cursos e consequentes alterações curriculares.

Ação 42: Realizar atividades extracurriculares (estágios e /ou participação em projetos de iniciação científica ou extensão), de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação prática, que pela própria expectativa do mundo contemporâneo, deve estar em constante aperfeiçoamento, com novas vivências de espaços culturais e profissionais.

Ação 43: Incentivar à frequência permanente à biblioteca da Instituição, contribuindo para a atualização e desenvolvimento profissional dos alunos por intermédio do acesso às publicações de interesse profissional, técnico-científicas e outras.

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

Ação 44: Considerando a decisão da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA, que votou pela reformulação do relatório dos avaliadores considerando o recurso impetrado pela IES, o conceito do indicador 3.12 foi alterado de 1 para 3.

Dimensão 4 – Eixo 4

4.1. Política de formação e capacitação docente.

Ação 45: Intensificar as ações institucionais visando desenvolver com celeridade os objetivos do plano de qualificação docente, a inserção e o aprofundamento dos docentes em questões acadêmicas e didáticas, especialmente com a abordagem de aspectos da avaliação institucional e da aprendizagem e demais atividades acadêmicas.

Ação 46: Ofertar cursos para instrumentalizar melhor desempenho dos docentes no ensino, iniciação científica e extensão, tendo em vista a melhoria da qualidade acadêmica, capacitando o corpo docente referente ao PDI, PPI e PPC para aquisição de conhecimento e desenvolvimento de mais afinidade com a IES.

Ação 47: Capacitar os docentes sobre aspectos didáticos e pedagógicos, tais como elaboração e execução dos planos de ensino, usando estratégias facilitadoras da aprendizagem.

Ação 48: Promover seminários e discussões sobre a situação diagnosticada neste Protocolo de Compromisso, socializando com a comunidade acadêmica provocando o interesse pelo planejamento de ações que interfiram positivamente nos resultados negativos e de ações que possam manter e ou melhorar os resultados positivos.

Ação 49: Instituir espaços de estudos, discussões, visitas técnicas, participação em eventos, congressos e outros, fomentando o progresso técnico-cultural dos professores, de maneira permanente, investindo em ações que contemplem desde a atualização até a mudança de titulação.

4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

Intensificar as ações institucionais visando desenvolver com celeridade os objetivos do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo preservando, para comprovação da atividade, cópia do material de divulgação e do controle de participação dos eventos.

Ação 50: Capacitar o corpo técnico-administrativo referente ao PDI, PPI e PPC para aquisição de conhecimento e desenvolvimento de mais afinidade com a IES.

Ação 51: Capacitar os funcionários da secretaria e dos serviços de apoio aos cursos (bibliotecário, técnico de informática, coordenador de estágio e atividades complementares, recepção) sobre rotinas de atendimento e rotinas técnicas de melhoria e aperfeiçoamento atitudinais e comportamentais.

Ação 52: Ofertar cursos, visitas técnicas e outros eventos que contribuam para o aperfeiçoamento pessoal e profissional dos funcionários.

4.5. Sustentabilidade financeira.

Ação 53: Recompôr o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, referentes aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, buscando identificar os recursos próprios, os aportes da mantenedora advindos do Colégio CEM e os investimentos necessários ao desenvolvimento e estabilidade futuros da IES, fazendo a previsão orçamentária para o período de 3 anos referente ao ciclo avaliativo (2016/2018) dentro do prazo de até 365 dias.

4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

Ação 54 : Recompor o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do período anterior, bem como da previsão orçamentária para o período 2016/2018, buscando promover e consolidar a administração orçamentária, patrimonial e contábil, objetivando criar mecanismos de captação de recursos financeiros com vistas à execução do PDI e ao compromisso firmado neste Protocolo.

3 – ATENDIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

3.1 – Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado A Portadores De Necessidades Especiais (Decreto Nº 5.296/04 E Decreto Nº 5.773/06).

Para promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais, a FACEM BH vem adotando, gradativamente, alterações em seus espaços físicos, conforme as necessidades.

Ação 55 : Eliminar barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo.

Ação 56 : Instalar corrimãos, visando facilitar o acesso de modo seguro e confortável.

Ação 57: Instalar bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Ação 58 : Adaptar portas e banheiros, com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.

Ação 59 : Colocar barras de apoio nas paredes dos banheiros.

3.2 – Garantir celeridade da execução do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico para solicitar o Laudo que comprove a vistoria do Corpo de Bombeiros.

A Instituição está ciente de que o presente documento tem vigência de 365 dias improrrogáveis, conforme opção selecionada no sistema e-Mec.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2016.

Maria Elizabeth Costa Pereira

Diretora Gera

Isso posto, deve-se expor os resultados trazidos pelo relatório objeto desta análise.

O Relatório de Avaliação nº 125497 evidencia que a IES obteve conceitos satisfatórios em todas dimensões, exceto na dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

Quanto aos requisitos legais, todas as exigências constantes do instrumento de avaliação foram atendidas:

DISPOSIÇÕES LEGAIS

As condições de acessibilidade atendem a legislação.

Conforme a documentação apresentada à comissão, todos professores da IES tem, no mínimo, o título de especialista.

Nove professores são contratados em regime de tempo parcial e onze são contratados como horistas.

O plano de cargos e salários do pessoal docente foi protocolado no TEM.

Os professores são contratados mediante vínculo empregatício.

Não obstante o conceito final igual a 3, é preciso salientar que uma dimensão obteve conceito insatisfatório, já citada acima, e que, além disso, algumas limitações foram identificadas nas considerações dos avaliadores.

Assim, com base nessas informações, foi insaturada a seguinte diligência com o propósito de buscar esclarecimentos e informações que pudessem indicar melhorias realizadas:

Senhor (a) Procurador (a),

1. O Relatório de Avaliação nº 125497, resultado da verificação in loco, demonstra que a IES obteve conceitos satisfatórios em quase todas as dimensões, exceto na dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

2. Também demonstra a existência de limitações e fragilidades:

– Não foram apresentados à comissão documentos comprobatórios da existência de um plano ou de ações de capacitação e de acompanhamento das atividades docentes;

– O Regimento afirma ainda que os “representantes do corpo docente, do corpo técnico-administrativo e discente são eleitos dentre seus pares”. No entanto, em entrevista realizada, os alunos demonstraram desconhecer tanto a existência do conselho superior, quanto o seu direito de participação;

– Ressalte-se que os alunos também afirmaram desconhecer que tem direito a indicar representantes no Colegiado de Curso;

– Na reunião com os discentes, ocorreram registros de insatisfação com as cadeiras utilizadas em sala de aula, que teriam sido dimensionadas para crianças e adolescentes;

– A produção dos alunos e docentes envolvidos nos trabalhos de iniciação científica e extensão está divulgada em espaços como a biblioteca, sendo verificado por esta Comissão avaliadora. Na reunião com os docentes e discentes ficou evidenciado que essas atividades existem, mas carecem de melhor sistematização, formalização e periodicidade para uma parte delas;

– No PDI não consta uma previsão orçamentária com despesas e receitas, nem metas a serem alcançadas nas diversas rubricas, e suas relações com o ensino, a extensão e a pesquisa. A condição do planejamento para alcançar a sustentabilidade financeira é de insuficiência;

– Sobre a sustentabilidade financeira, no relatório da CPA (onde referência 2015), os resultados mostram que “os recursos disponíveis da mantida não atendem a sustentabilidade institucional, que é assegurada pela mantenedora”;

– No processo de autoavaliação (relatório da CPA), existem propostas para solucionar os problemas encontrados, entre elas: B) “Dar continuidade aos esforços de capacitação de novos alunos para aumentar receita”. C) “Promover reuniões para definir um plano de ação para redução da inadimplência”;

– Não apresentou as certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, nem a regularidade do FGTS da IES.

3. As informações acima destacadas suscitam a necessidade de esclarecimentos acerca do funcionamento dos órgãos colegiados, sobretudo conselho superior e colegiados de cursos, além da forma de participação do corpo discente nesses espaços. Indicam ainda a necessidade de a IES esclarecer a sua situação financeira quanto à capacidade de manter as suas políticas institucionais e, assim, não prejudicar os interesses da comunidade acadêmica e qualidade do ensino ofertado. É preciso que a IES demonstre as ações concretas que estão sendo realizadas para melhorar a sua situação financeira.

4. Caso a IES já tenha superado alguma das limitações apontadas acima, é preciso informar as ações realizadas e, se possível, apresentar documentos que possam respaldá-las.

5. Ressaltamos que deverá ser observado o prazo legal para a resposta à diligência, conforme dispõe a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007.

Atenciosamente,

Coordenação Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior

Em sua resposta, a instituição apresentou as seguintes informações:

Ref: Processo e-MEC n° 201364732.

Assunto: Diligência Instaurada em 20/09/2017. Referente ao Relatório de Avaliação n° 125497..

Senhor (a) Coordenador (a). Geral de Credenciamento das Instituições de educação Superior

Em acatamento ao disposto na diligência relativa ao Processo e-MEC n°, baixada em 20 de setembro do corrente ano, a Faculdade do Centro Educacional Mineiro- FACEM BH presta os seguintes esclarecimentos.

1 – Sustentabilidade Financeira

A Faculdade cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados no desenvolvimento de seus objetivos. Não tem superávit, gerando resultado final negativo que, entretanto não causa impacto significativo nos resultados, uma vez que é previsto no orçamento da Mantenedora, um aporte complementar de manutenção da IES.

Os investimentos estão direcionados para a manutenção do pessoal, a aquisição do acervo específico dos cursos, assim como sua expansão e constante atualização, bem como recursos para investimentos, capacitação dos docentes e pessoal técnico administrativo, tanto no ensino, quanto na extensão, iniciação científica e gestão.

Como a IES funciona nas dependências do Colégio CEM, as instalações ocupadas pela FACEM BH vêm recebendo melhorias para adaptar, qualificar e modernizar sua infraestrutura de instalações e equipamentos de informática e dos recursos tecnológicos e audiovisuais.

Observa-se, entretanto, que a Mantenedora promove adequados meios de funcionamento da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos/alugados, assegurando-lhe suficientes recursos financeiros de custeio.

A IES enfrenta o desafio do equilíbrio financeiro. O desempenho financeiro no primeiro quinquênio de funcionamento (2009/2013) não correspondeu ao que foi planejado, devido ao reduzido número de matrículas. Em cada semestre, a previsão era de se obter após 4 anos, 800 alunos. Acresce-se a essa defasagem a inadimplência, que em média anual chega a 30%

Pelas avaliações de dados pessoais e/ou profissionais, utilizando-se de entrevistas, exames dos históricos escolares e outros recursos de manifestação dos alunos, a CPA obteve resultados que estão subsidiando estudos e esforços internos da IES para tomada de decisões, evitando-se a evasão, pois é considerado que as perdas de alunos que iniciaram, mas não terminaram seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, investidos sem o devido retorno. É, também, para a Instituição importante perda de receita, provocando a ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Síntese dos dados obtidos pela CPA: desemprego; transferência da firma para outra cidade; novo trabalho em o bairro mais distante; carga horária de trabalho excessiva o que interfere em seu rendimento, devido a atrasos e/ou faltas frequentes;

transferência ou mudança para outra cidade/estado/país; falta de tempo para realizar atividades fora da sala-de-aula; problemas de saúde (pessoal ou familiar), expectativas diferentes com relação ao curso.

No decorrer das entrevistas e dos colóquios pessoais com os alunos depreendeu-se que os mais significativos fatores que se relacionam ao aluno são os aspectos econômicos, a dificuldade em conciliar estudo e trabalho e a sobrevivência familiar.

O crescimento da IES com a oferta dos cursos de Pedagogia (licenciatura) e Educação Física (licenciatura e bacharelado), ampliando a quantidade e qualidade de cursos que respondam às exigências do mercado e da população, cumprindo, também, o disposto no PDI, está merecendo especial atenção da IES. Ressalta-se que a Mantenedora, detentora de uma apropriada e inovadora experiência na educação infantil e básica, conta, também, com um fértil campo de aplicação de sua experiência na educação e um aparato de instalações físicas facilitadoras das atividades dos dois cursos.

A contratação de uma divulgadora dos cursos tem contribuído para tornar mais visível os cursos, dando uma expectativa de crescimento.

2 – Acompanhamento das Atividades Docentes

A IES prioriza o acompanhamento das atividades docentes, por meio da diretoria de ensino e dos coordenadores de cursos. Por se tratar de uma Instituição pequena, tem um quadro docente reduzido, facilitando assim a verificação sistematizada dos planos de ensino e cronogramas relativos aos conteúdos propostos e estratégias de ensino aprendizagem. A Faculdade conta com uma diretora de ensino, professora experiente no campo do magistério superior, com formação na área de educação, pedagoga, mestre em educação na área de Currículo e Programa pela PUC SP e doutoranda em Ciência da Educação pela na Universidade de Compostela Espanha. A professora é coordenadora da CPA e responsável pela avaliação Institucional. A IES conta, ainda, com uma pedagoga responsável pelo acompanhamento dos estágios e atividades complementares dos alunos.

No corrente ano dois docentes da IES, até então especialistas já concluíram o mestrado, dois se encontram em curso e um professor com titulação de mestre está se preparando para o doutorado. Dos 21 professores em exercício, 17 têm titulação de mestre. No cotidiano da Instituição os professores tem acompanhamento didático pedagógico necessário a um bom desempenho. Por outro lado, os professores contam com suporte bibliográfico e material didático necessários às suas atividades.

3 – Representação discente no Conselho Superior e nos Colegiados

A indicação dos representantes discentes junto aos colegiados dos cursos, conselho superior e CPA e feita pelos próprios alunos, conforme estabelece o Regimento. A IES desconhece os motivos dos alunos terem demonstrado “desconhecer tanto a existência do conselho superior, quanto o seu direito de participação.” Possivelmente, pelo nome do evento que não é comum no cotidiano deles: Colegiado/ NDE/ Conselho Superior, uma vez que os coordenadores sempre convidam e incentivam a participação dos mesmos e solicitam aos integrantes dos Colegiados que passem informações aos colegas.

Também, os representantes da CPA estão sempre em trabalho permanente com os discentes, e em comunicação não somente nas salas de aula, mas amplamente divulgada, inclusive em boletins mensais sobre todos os eventos da Instituição.

Atas das reuniões comprovam a participação de discentes.

4 – Dimensionamentos das cadeiras utilizadas em sala de aula

As instalações, equipamentos e mobiliários da IES têm a função de garantir o bem estar dos alunos e das exigências pedagógicas. É um princípio básico da organização da Faculdade. Ressalta-se que as salas de aula e demais dependências usadas pela Faculdade não são as das crianças da educação infantil e do ensino fundamental. Prevalece o uso das dependências do ensino médio. Compreende-se que o dimensionamento de carteiras escolares deve obedecer às variações antropométricas dos estudantes, e para isso, seria desejável um levantamento antropométrico dos alunos matriculados na IES.

Para reduzir o índice de insatisfação dos alunos que se manifestaram junto Comissão de Avaliação do MEC, decidiu a Comissão de Avaliação Interna acompanhar e registrar as posturas e as referências de conforto dos alunos para fazer alguns remanejamentos de carteiras entre as salas, se necessário. Por outro lado, há de se considerar as estratégias pedagógicas usadas nas disciplinas para evitar que o aluno permaneça todo o tempo sentado durante o período de aula, uma vez que poderia, também, ser causa de fadiga e, portanto, influenciar a avaliação do conforto das cadeiras. Cabe lembrar que os alunos são na maioria adultos, trabalhadores e já exercem uma atividade integral antes do horário das aulas.

5 – Produção dos alunos e docentes da IES na iniciação científica

A proposta do Trabalho Interdisciplinar da FACEM BH foi pensada dentro do contexto da iniciação científica, de forma a familiarizar o aluno com as práticas de pesquisa em Administração e Contabilidade. Para tanto, o trabalho está disposto ao longo de cada semestre e conta com a participação de toda a comunidade acadêmica, envolvendo coordenadores, docentes e alunos do 1º ao 6º período de ambos os cursos. Parte-se do entendimento de que, durante a graduação, o aluno deve ser estimulado a produzir trabalhos acadêmicos que lhe propiciem o desenvolvimento de habilidades e competências, aliando a prática com a teoria. Neste processo, professores e alunos devem atuar de forma conjunta, buscando a construção do conhecimento de forma integrada, compartilhando conhecimentos e experiências relativas às disciplinas do curso. Em sua execução, o Trabalho Interdisciplinar é realizado em grupos de alunos e orientado por professores dos respectivos cursos que possuem afinidade teórica e prática com o tema abordado por cada grupo. Assim sendo, o Trabalho Interdisciplinar consiste em:

Uma atividade prática (de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo ou vivência prática, conforme a especificidades de cada curso).

Um resultado escrito, onde os alunos são estimulados a sistematizar a atividade dentro de uma metodologia científica, transformando, com isso, seu aprendizado e compreensão de temas dentro de suas respectivas profissões.

Uma apresentação formal dos resultados na forma de pôsteres, em dia específico do calendário acadêmico, seguida pela avaliação do trabalho por bancas de professores de curso em questão.

Para o curso de Ciências Contábeis, o Trabalho Interdisciplinar baseia-se na pesquisa bibliográfica de um objeto de investigação à escolha de cada grupo selecionado a partir de determinados eixos temáticos da profissão de contabilidade, acrescentando-se a pesquisa de campo, se necessário. Esta escolha de trabalho advém da constatação de que a atividade profissional da contabilidade envolve a constante atualização do contador. A complexidade inerente ao campo, a constante mudança no cenário tributário e econômico brasileiro, as muitas áreas possíveis de atuação e a

responsabilidade profissional, legal e ética do contador exigem um permanente trabalho de leitura, pesquisa e modernização. Os estudos dentro de sala de aula constituem a base sobre a qual o bom profissional de contabilidade irá sustentar sua prática, mas é também de extrema importância que ele busque aprofundar-se em temas que representem um desafio para seu entendimento da profissão. Portanto, esta proposta de Trabalho Interdisciplinar envolve não apenas este aprofundamento, focado em temas de interesse dos grupos de pesquisa, mas também o treino das habilidades investigativas do aluno: sua capacidade de buscar informações por conta própria, analisar e interpretar dados, construindo seu arcabouço de conhecimento e estando sempre a par do desenvolvimento e exigências próprias da profissão. Portanto, o Trabalho Interdisciplinar de Ciências Contábeis tem como objetivo:

Permitir ao aluno articular diversos saberes estudados em sala de aula, integrando diferentes áreas de conhecimento e construindo uma visão mais ampla da profissão.

Oferecer ao aluno a oportunidade de conhecer com mais familiaridade certas práticas da contabilidade, enriquecendo sua atividade profissional.

Treinar o aluno na habilidade de investigar: coletar dados, comparar fontes, interpretar informações e construir o conhecimento de forma eficaz.

Incentivar o trabalho em equipe, onde se faz necessária a divisão de tarefas, resolução de conflitos e a coordenação de esforços.

Finalmente, fazer do aluno da FACEM BH um profissional diferenciado, melhor preparado para enfrentar os desafios e exigências do mercado de trabalho.

Para o curso de Administração, a importância do contato do aluno com a vivência profissional da administração, bem como a compreensão da realidade do mercado de trabalho, orientou a coordenação do curso a abordar o Trabalho Interdisciplinar a partir da experiência prática dos grupos com a gestão de uma empresa, real ou fictícia. Para tanto, a proposta deste semestre envolve a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em sala de aula na criação e administração de uma empresa de venda de bens ou prestação de serviços. A partir de um capital inicial limitado, os grupos de alunos deverão adquirir o material em compra formal, com emissão de nota fiscal, e utilizar suas habilidades de negociação, gestão e venda para vender seus produtos, gerir o lucro e adquirir mais produtos para venda, aumentando o fluxo de caixa da empresa e seu valor ao longo do semestre. Com isso, os alunos terão oportunidade de aprender a:

- a) gerenciar o funcionamento de uma empresa,*
- b) delegar funções para cada integrante,*
- c) resolver problemas e solucionar possíveis conflitos interpessoais,*
- d) cuidar da compra, oferta e revenda de produtos e*
- e) gerir e replicar o lucro envolvido.*

Toda a atividade prática é supervisionada por um professor orientador e conta com o auxílio dos demais professores onde necessário, de acordo com suas competências profissionais. Com isto, a prática tem como objetivo:

Envolver os alunos com o aspecto prático da criação de uma empresa, preparando-os desde já para o mercado de trabalho.

Permitir aos alunos vivenciar os desafios próprios da gestão de uma empresa, familiarizando-os com seu funcionamento.

Estimular a criatividade e o espírito empreendedor dos alunos na criação de um negócio.

Incentivar o trabalho em equipe, onde se faz necessária a divisão de tarefas, resolução de conflitos e a coordenação de esforços.

Finalmente, fazer do aluno da FACEM BH um profissional diferenciado, melhor preparado para enfrentar os desafios e exigências do mercado de trabalho.

Posto isto, a parte escrita do Trabalho Interdisciplinar é a sistematização do resultado da parte prática, e segue a normatização correspondente da ABNT.

No caso da graduação em Ciências Contábeis, o resultado compreende um artigo científico que contemple:

O foco de estudo;

a questão que move a pesquisa;

a(s) hipótese(s) levantadas;

a relevância/importância do estudo para o profissional de contábeis;

os objetivos da pesquisa;

a metodologia utilizada;

o referencial teórico da pesquisa;

a análise e a interpretação dos dados coletados e

a síntese interpretativa dos resultados.

No caso da graduação em Administração, o trabalho escrito consiste em um Estudo de Caso da empresa gerida pelos alunos, unificando a vivência real do mercado de trabalho com a pesquisa aplicada em Administração. A metodologia de Estudo de Caso, compreendida como um método de investigação qualitativa permitirá aos alunos:

a sistematização/organização de sua experiência;

a revisão da prática a partir de conceitos acadêmicos e

a relação da atividade empírica aos fundamentos teóricos da profissão.

Com isso, a IES concretiza o objetivo de articular prática e teoria através da realização de uma atividade de pesquisa qualitativa, construída a partir dos dados coletados pelos próprios alunos em sua experiência na gestão de uma empresa.

Na etapa final do Trabalho Interdisciplinar, para ambos os cursos, o resultado dos trabalhos de pesquisa serão organizados e sintetizados por cada grupo na forma de banners, orientados pelo professor responsável. Esta produção final, por conseguinte, será apresentada para bancas de professores previamente selecionados em um dia específico para cada curso, e que, por sua vez, serão responsáveis por avaliar tanto o trabalho escrito quanto a apresentação oral dos alunos a partir dos seguintes critérios:

Redação do trabalho escrito compatível com a linguagem acadêmica

Estrutura do trabalho contendo todas as partes exigidas pelo manual e de acordo com a metodologia de pesquisa determinada

Normas vigentes da ABNT quanto à formatação, citações e referências

Pontualidade da entrega do trabalho escrito

Participação dos alunos na elaboração do trabalho

Pontualidade e adequação do tempo da apresentação do banner

Interação entre os componentes do grupo / participação na apresentação do banner

Qualidade do material e da utilização dos recursos técnicos

Domínio e aprofundamento do conteúdo tanto na parte escrita quanto na apresentação à banca

Clareza e objetividade na apresentação

Finalmente, a definição da proposta do Trabalho Interdisciplinar, seus objetivos, justificativas e metodologia de trabalho, estão todas descritas e

documentadas em manual disponibilizado para a comunidade acadêmica. A coordenação do Trabalho Interdisciplinar, por sua vez, é responsável por supervisionar e organizar todo o processo, atendendo alunos e professores em quaisquer dúvidas e problemas em sua execução, cuidando para que os objetivos e prazos sejam cumpridos de acordo com o que foi estipulado no manual.

6 – Sistematização das atividades de extensão

Os Boletins Informativos têm sido uma fonte de informação para os alunos sobre as atividades extensionistas e demais eventos ocorridos na IES. As informações estão embasadas em planejamentos realizados no início de cada semestre com a participação dos Coordenadores de Curso e docentes, sob a coordenação do Professor Moisés Andrade Júnior. As realizações contam com a participação da Professora Edite Soares Mafra, diretora de ensino e coordenadora da CPA. Os participantes recebem certificado de participação. Há registros das realizações dos eventos em imagens e relatórios.

Nesse 2º semestre letivo as atividades de cunho social, cultural, artístico e esportivo ocupam todo o espaço da extensão, desenvolvendo significativos Projetos de Responsabilidade Social, em execução tais como:

FACEM BH aberta-(Esporte e Lazer), desenvolvido em quatro sábados (28/10; 11/11; 18/11 e 16/12);

Projeto Bazar Solidário FACEM BH, cujos objetos arrecadados serão separados, precificados, vendidos/leiloados e os resultados serão convertidos em doações às instituições sociais localizadas na Região Noroeste, onde se localiza a Faculdade. A preparação do bazar está em curso e sua culminância ocorrerá em 11/11, com a realização de uma Noite Sertaneja.

Projeto O Lacre do Bem, cujo início se deu em 2016 é um projeto permanente da Instituição e visa arrecadar lacres de latinhas de refrigerantes e outros, com o objetivo de doação de cadeira de rodas para paraplégicos. Projeto de Arrecadação de Meias Calças contribui para a AMR (Associação Mineira de Reabilitação), para fazer próteses para pessoas com dificuldades de locomoção.

[...]

Importa registrar que, juntamente às informações registradas acima, a instituição encaminhou arquivos que as respaldam, tais como atas de colegiado, previsão orçamentária, informativos etc.

Grosso modo, a IES apresentou informações que esclarecem os itens constantes da diligência e demonstra as medidas que estão sendo tomadas, além do aporte de recursos da mantenedora, para equilibrar as suas finanças.

Desse modo, compreende-se que a diligência foi atendida satisfatoriamente.

Considerando os resultados apresentados pelo sobredito relatório de avaliação, bem como as informações e documentos trazidos via diligência, conclui-se que houve melhorias a partir do protocolo de compromisso.

No que diz respeito as informações constantes do Sistema e-MEC, não foi identificada irregularidade ou procedimentos de supervisão vinculados à IES. Verificação realizada em 23/10/17.

Diante do exposto, conclui-se que a IES apresenta as condições necessárias para continuar a desenvolver a sua proposta de ensino superior.

Observação: deverá ser verificada, antes da finalização do processo, a existência de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à

Dívida Ativa da União. Em 23/10/2017, foi verificada a inexistência de certidão válida para a sua mantenedora.

5. CONCLUSÃO

Tendo em vista os resultados do Relatório de Avaliação nº 125497 e as considerações técnicas apresentadas acima, recomenda-se o credenciamento da Faculdade do Centro Educacional Mineiro.

De acordo com a Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, o prazo de validade do ato de credenciamento da instituição será de 3 anos.

Considerações do Relator

Foi uma difícil trajetória. No entanto foi correta. Deve-se levar o processo de reconhecimento com a máxima seriedade. Num ambiente onde a avaliação é essencialmente censitária a de se exigir um desempenho adequado como mínima condição de êxito.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Centro Educacional Mineiro, com sede na Rua Eufrates, nº 30, bairro Alípio de Melo, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Mineiro Ltda. – SESM – ME, com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017.

Brasília (DF), 5 de dezembro de 2018.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 2018.

Conselheiro Antonio de Araujo Freitas Júnior – Presidente

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Vice-Presidente